

A Agricultura Portuguesa: Em Passeio Aleatório ou em Regime Estacionário?

José António Girão*

1. Introdução

A existência de problemas sérios e persistentes no desenvolvimento do sector agrícola, em Portugal, bem como a natureza dos mesmos é historicamente um facto reconhecido que se encontra largamente documentado¹. Igualmente bem conhecida e sujeita a aprofundada análise, nas suas várias vertentes, tem sido a política agrícola da Comunidade Europeia (vulgarmente designada por PAC)². No entanto, apesar das múltiplas críticas de que esta tem sido alvo, é indiscutível que dois dos objectivos subjacentes à sua criação e adopção como política comum foram alcançados: mais precisamente, o de contribuir para o aumento da produtividade agrícola - através da promoção do progresso técnico e de uma mais eficiente utilização dos factores produtivos - e o de promover a auto-suficiência alimentar.

Como é sabido, Portugal (juntamente com a Espanha) aderiu à então Comunidade Europeia em 1986; já lá vão, pois, 14 anos. Deste modo, parece apropriado indagar até que ponto é que Portugal conseguiu tirar partido dessa política comunitária e dos financiamentos que lhe são inerentes, com vista a ultrapassar as debilidades que tradicionalmente vinham caracterizando o seu sector agrícola. É este o objectivo do presente estudo.

Na secção 2 deste trabalho começaremos, assim, por analisar a evolução da agricultura portuguesa nas últimas duas décadas, bem como indagar até que ponto é que ela conseguiu contribuir para reduzir a dependência do País face ao exterior. Fá-lo-emos, na medida do necessário, igualmente em termos comparativos relativamente à evolução verificada

* Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Agradeço ao Eng. José Manuel de Sousa Uva, Director na Direcção Geral da Agricultura da Comissão Europeia e ao Dr. Paulo Variz, do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal, o apoio que me deram na obtenção dos dados em que o presente estudo se baseia e ao Dr. Miguel de Sousa e Luis Catela Nunes a leitura, comentários e sugestões feitas a anterior versão deste trabalho. A responsabilidade pelas ideias expressas, bem como por erros e lacunas, cabe exclusivamente ao autor.

¹ Veja-se, por exemplo, MAP (1977), Pearson & Monke (1987), Soares (1995).

² Veja-se, por exemplo, Demekas, *et al.* (1988), EC (1994), Hitiris (1994), Buckwell, *et al.* (1997), Neal & Barbezat (1998).

na Comunidade, mas sobretudo em relação ao comportamento observado nos países do Sul (Espanha, Itália e Grécia) já que, não obstante os ajustamentos entretanto verificados na PAC, ela continua a caracterizar-se por ser fundamentalmente dirigida aos produtos dos países do Norte da Europa.

Dado que os resultados a que a análise anterior conduzem não são encorajantes, no sentido de apontar para uma convergência da realidade agrícola nacional com a europeia, procuraremos na secção 3 caracterizar a evolução das sucessões cronológicas relativas aos principais agregados agrícolas, com vista a detectar a existência de tendências indiciadoras de uma nova dinâmica da agricultura portuguesa e que, a mais longo prazo, possam eventualmente conduzir a uma maior convergência com a realidade vigente nos demais países comunitários. Na secção final, apresentar-se-ão as principais conclusões do trabalho.

2. Evolução da agricultura portuguesa nas últimas duas décadas: Análise comparativa

De acordo com os dados para a economia portuguesa, o sector agrícola terá crescido nas duas últimas décadas a uma taxa anual da ordem de 2.5%. Este valor é significativamente mais elevado do que o registado no conjunto dos 15 países da União Europeia, onde no período 1981-1997, a correspondente taxa de crescimento rondou 1.8%. No entanto, nestas comparações há que ter presente o ponto de partida que, para o caso de Portugal, corresponde a um valor bastante inferior. Com efeito, e a título de exemplo, a agricultura portuguesa representa cerca de 1/3 da grega e 15% da espanhola.

De salientar, porém, que a diferença entre as taxas de crescimento observadas para a agricultura portuguesa, relativamente à média para a União Europeia (UE 15), se fica a dever principalmente às diferenças registadas para o crescimento da produção animal – 2.6% contra 1.15% - uma vez que as correspondentes taxas de evolução da produção vegetal são praticamente idênticas – 2.27% contra 2.04%. Isto não significa, contudo, que essas diferenças não sejam significativas quando comparadas com as de outros países do Sul da Europa, nomeadamente com as registadas na Itália e Grécia (ver Quadro 1).

Quadro 1. – Taxas de crescimento da Agricultura Comunitária (%)

Período: 1981-1997; preços constantes 1990

Países	VAB agrícola	Valor da produção vegetal	Valor da produção animal
UE 15	1.83	2.04	1.15
Portugal	2.40	2.27	2.60
Espanha	1.89	2.12	1.50
Itália	0.59	0.38	0.57
Grécia	0.57	0.94	0.26
França	1.86	2.26	0.48

Fonte: Comissão Europeia, EUROSTAT e DG da Agricultura

Como conclusão do que precede, é de reter que a agricultura portuguesa evidenciou, a partir da década de 80, um ritmo de crescimento que, sem ter sido espectacular, foi contudo superior ao do conjunto dos países da União Europeia, embora tal resulte sobretudo do maior dinamismo registado pela produção animal.

Neste contexto, vejamos agora como evoluiu a produtividade média da agricultura portuguesa e como é que ela compara com a de outros países da UE. Os dados constantes do Quadro 2 revelam-nos uma situação decepcionante.

Quadro 2. Produtividades médias do trabalho, na UE

Un: ECU/UTA

País	Anos		Taxa de variação(%)
	1987	1997	
Portugal	4075	4900	20.2
Espanha	8653	15452	78.6
Itália	13041	22469	72.3
Grécia	6410	8656	35.0
França	16395	28483	73.7
UE 15	-	18247	-

Fonte: Comissão Europeia e Banco de Portugal

Com efeito, não só a produtividade média por trabalhador, em Portugal, continua na cauda da dos países comunitários, como a sua taxa de crescimento, na década 1987-97, foi a mais baixa entre os países da Europa mediterrânea. Apesar de todas as limitações associadas ao conceito, não pode deixar de se considerar significativo o facto de, em 1997, a produtividade do trabalho agrícola, em Portugal, pouco ultrapassar 1/4 da média comunitária, 30% da espanhola, e menos de 60% da grega.

Porém, ainda mais significativo terá de considerar-se o facto de a situação relativa do referido indicador se ter deteriorado no decurso da primeira década de adesão de Portugal à Comunidade, na medida em que essa evolução traduz inequivocamente que o país não soube tirar partido de fundos comunitários de garantia de preços, ou de reconversão (orientação) agrícola, postos à sua disposição no âmbito da PAC. E tais recursos estão longe de ser despiciendos, como se constata no Quadro 3.

Quadro 3. Financiamentos Comunitários no âmbito do FEOGA

País	Secção Garantia	Secção Orientação	Período 1987-97; Un: milhões de ECU		
			Total	Em % do VAB Orientação	Total
Portugal	3994.9	2998.8	6993.7	11.4	26.5
Espanha	33295.0	11000.5	44295.5	6.6	26.5
Grécia	21922.6	3225.9	25148.5	4.5	34.8

Fonte: Comissão Europeia, Direcção Geral da Agricultura

De facto, os montantes postos à disposição da agricultura portuguesa, no período 1987-97 totalizaram 6993.7 milhões de ECU, ou seja, 26.5% do valor acrescentado bruto do sector agrícola no período, correspondendo os da secção orientação a 11.4% deste mesmo VAB agrícola. Comparativamente à Grécia e à Espanha, dois países igualmente mediterrâneos, esta última percentagem é largamente favorável a Portugal, o que não pode deixar de pôr em causa a estratégia do País, relativamente à utilização dos financiamentos comunitários postos à disposição do sector agrícola nacional.

Acresce que a agricultura portuguesa também não tem sido capaz de implementar uma estratégia competitiva, conducente a uma maior autosuficiência em produtos agrícolas ou a uma melhoria da sua balança

comercial agrícola. No contexto europeu e mediterrânico tal pode considerar-se um caso ímpar, como o Quadro 4 revela. Portugal é, de entre os países mencionados, o único que apresenta uma significativa deterioração da sua balança comercial de produtos agrícolas – com um défice que praticamente duplica – associada a uma relativa estabilidade da quota-parte do consumo resultante das importações – da ordem dos 21%. Os restantes países, ou têm balanças comerciais excedentárias e crescentes – caso da Espanha e França – ou deficitárias, mas com claros indícios de melhoria (Itália) ou, pelo menos, sem sintomas de deterioração (Grécia).

QUADRO 4. INDICADORES DO COMÉRCIO EXTERNO
DOS PAÍSES MEDITERRÂNICOS COMUNITÁRIOS

País/Rubrica	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
PORTUGAL											
Exp*.-Imp*.(1000ECU)	-1324	-1451	-1481	-1666	-1746	-1807	-1128	-2121	-2396	-2333	-2586
Imp*./Consumo**(%)	22.8	21.6	19.6	20.4	19.2	19.5	14.8	22.1	23.4	22.8	
ESPAÑHA											
Exp*.-Imp*.(1000 ECU)	854	323	561	339	111	442	557	410	2183	2889	2332
Imp*./Consumo**(%)	11.8	12.0	11.4	12.6	13.0	14.7	17.1	19.0	17.7	18.3	
ITÁLIA											
Exp*.-Imp*.(1000 ECU)	-10371	-11331	-9854	-10284	-8897	-7334	-8057	-7367	-6824	-8557	-6860
Imp*./Consumo**(%)	18.6	18.9	17.0	17.2	16.1	16.8	18.5	19.7	18.3	20.0	
GRÉCIA											
Exp*.-Imp*.(1000 ECU)	-765	-177	-474	-128	-141	-423	-422	-505	-201	-678	-855
Imp*./Consumo**(%)	12.8	14.2	13.4	18.8	20.2	19.4	19.7	20.8	21.5	20.6	
FRANÇA											
Exp*.-Imp*.(1000 ECU)	7102	8299	8963	8143	8403	10279	8819	10401	10964	12981	11352
Imp*./Consumo**(%)	17.4	18.1	16.8	17.4	18.1	16.2	17.7	17.3	17.0	17.1	

Fonte: Comissão Europeia

*Definição do Uruguay Round; **Consumo alimentar, bebidas e tabaco

Em resumo: em contraponto com a generalidade dos países da Comunidade Europeia, e em particular com os do Mediterrâneo, Portugal não logrou dotar-se, na sua primeira década de participação comunitária, de uma agricultura assente em vantagens competitivas que lhe assegurem dinamismo e vitalidade, ou sequer numa eficácia produtiva que lhe permita satisfazer as necessidades acrescidas de consumo interno, sem ser por recurso a importações, com agravamento do défice comercial externo.

3. Análise das sucessões cronológicas respeitantes aos principais agregados da agricultura portuguesa

Os resultados que precedem sugerem o interesse de se proceder a uma análise mais aprofundada dos principais agregados da agricultura portuguesa, tendo em vista detectar, a outros níveis, a eventual existência de tendências indiciadoras de uma dinâmica que, a mais longo prazo, possam conduzir a um processo de desenvolvimento agrícola sustentável, porque assente em princípios de vantagens competitivas e tecnologias inovadoras. Para tal há que recorrer a sucessões cronológicas mais longas do que as que temos vindo a utilizar, razão pela qual, no que se segue, recorreremos aos dados estatísticos respeitantes ao período 1966-95, compilados pelo Banco de Portugal³.

Se examinarmos o gráfico respeitante ao valor acrescentado bruto do sector agrícola (VAB) e às suas componentes agricultura e silvicultura, a preços constantes de 1986 (Figura 1), parece efectivamente detectar-se uma ligeira tendência crescente, particularmente se tivermos presente que os dados de 1974-78 não poderão deixar de reflectir as crises do período revolucionário associado à chamada “Reforma Agrária”⁴.

(Inserir Fig. 1)

No entanto, como a teoria econométrica mais recente veio pôr em evidência, é importante distinguir entre tendências determinísticas e estocásticas. Com efeito, embora ambas impliquem a não-estacionaridade da sucessão cronológica e, portanto, variações permanentes no fenómeno, que determinam a sua evolução no longo-prazo, as primeiras implicam uma variação constante do fenómeno em cada unidade de tempo, enquanto que às segundas está associada uma variação *média* fixa em cada período. Por outras palavras, no caso de tendências determinísticas os choques exógenos provocados no fenómeno não terão qualquer repercussão no longo-prazo, enquanto que no caso de tendências estocásticas tais choques influenciarão o comportamento de longo prazo, porque serão endogenizados pelo processo.

³ Banco de Portugal, *Séries Longas para a Economia Portuguesa - Pós II Guerra Mundial*, 1999.

⁴ Tal facto poderia levar à conclusão de que o tipo de modelo apropriado a uma tal análise seria o de “quebras estruturais”. Deixando de lado a questão central sobre o estado actual do desenvolvimento da inferência estatística em tais modelos, o problema que se coloca aqui é o da presumível existência de uma tendência sujeita a um corte (ou quebra) no referido período. Aliás, as conclusões aqui apresentadas sairiam reforçadas se os dados respeitantes à quebra não fossem considerados. Sobre estas questões veja-se Maddala & Kim (1998).

Uma vez que as inovações e o progresso tecnológico constituem um processo estocástico é de esperar que esta aleatoridade se reflecta na evolução do fenómeno a longo prazo, ou seja, se traduza numa tendência estocástica⁵. O caso mais simples de uma tal tendência está associada ao que na teoria dos processos estocásticos se designa por “passeio aleatório deslizante” (*random walk with drift*, na terminologia inglesa).

Mais genericamente, tais tendências estão associadas aos chamados processos integrados, assim designados porque a passagem às diferenças (frequente às primeiras diferenças) dos valores observados conduz a uma sucessão estacionária. Estas últimas, como é sabido, têm média e variância constantes no tempo, o que significa que as consequências dos choques a que o correspondente fenómeno é sujeito tenderão a esbater-se e desaparecer no decurso do tempo. De referir, contudo, que nada impede que um fenómeno tenha associadas, simultaneamente, uma tendência determinística e outra estocástica⁶.

O exame dos correlogramas respeitantes quer ao VAB que às suas componentes agrícola (VABAGRIC) e silvícola (VABSILV) – ver Anexo, Quadros A1 a A3 – mostra claramente tratar-se de sucessões não-estacionárias, tal como a análise gráfica já sugeria. Acresce que os correlogramas das primeiras diferenças das referidas variáveis – i.e. $D(\)$ – mostram que, não só as correspondentes sucessões são estacionárias como parecem corresponder a variáveis de ruído branco (*white noise*, na língua inglesa). Daí que, pelas razões anteriormente expostas, pareça lógico indagar da eventualidade dos processos estocásticos subjacentes às sucessões cronológicas em análise serem passeios aleatórios.

Na prática tal implica, como se sabe, recorrer ao teste de Dickey-Fuller (DF) para raízes unitárias. No entanto, há que ter cuidado com a forma como o teste é conduzido, já que ele é extremamente sensível ao verdadeiro (mas desconhecido) processo estocástico gerador dos dados, sendo o teste a utilizar dependente dos regressores incluídos. Impõe-se, por isso, seguir uma abordagem sequencial, do modelo mais geral para o

⁵ Veja-se Nelson & Plosser (1982), Enders (1995).

⁶ Este aspecto é fundamental, particularmente num contexto descritivo, que é aquele que é relevante no caso presente. Quando o que está subjacente à análise assume características de um pré-teste, como suporte para subseqüentes especificações (v.g. eliminação da tendência) ou para distinguir entre teorias económicas, o contexto discriminatório ganha relevo e, por igual, os problemas ligados à baixa potência dos testes usuais para raízes unitárias. Veja-se Stock (1994).

particular, com vista a aumentar a potência dos testes⁷. Estes foram efectuados por recurso ao conjunto de programas computacionais conhecidos por *E-views*, constando dos Quadros seguintes os resultados obtidos.

(Inserir Quadros 1 e 2)

Aparentemente as conclusões parecem inequívocas, já que em todos os casos o valor do teste estatístico obtido cai na região de aceitação da raiz unitária ($\gamma=0$). No entanto, quando condicional neste resultado, testamos simultaneamente a existência de uma tendência determinística, não podemos rejeitar esta hipótese, quer relativamente ao VAB do sector quer à sua componente exclusivamente agrícola. Por outro lado, tendo em conta este resultado, quando condicionalmente a ele se testa a hipótese $\gamma = 0$, utilizando a distribuição normal, esta é claramente rejeitada. Conclui-se, assim, que para estas duas variáveis (VAB e VAB agrícola) o processo só aparentemente é integrado. De facto, a não-estacionaridade é, em ambos os casos, devida a uma tendência determinística. Quando esta é tida em consideração e eliminada dos dados, as correspondentes variáveis destendencializadas revelam-se estacionárias, se bem que evidenciem um comportamento autoregressivo (ver Quadros 1 e 2 e Fig. 2 e 3).

(Inserir Fig. 2 e 3)

Apenas no caso do VAB silvícola, uma análise semelhante permite rejeitar a hipótese de uma tendência determinística mas, também, a de uma estocástica, já que o correspondente processo segue um “passeio aleatório não-deslizante”.

(Inserir Quadro 3)

⁷ Na prática e no caso presente, em que os correlogramas respeitantes às variáveis sugerem a preponderância de um processo autoregressivo de ordem 1, dado o coeficiente de autocorrelação parcial de ordem 1 ser o único significativamente diferente de zero, isto corresponde a começar por estimar o modelo

$$\Delta y_t = a_0 + \gamma y_{t-1} + a_2 t + \varepsilon_t,$$

e testar se $\gamma = 0$, onde $\gamma = a_1 - 1$. No caso afirmativo, deverá então testar-se se $a_2 = 0$, condicional no facto de $\gamma = 0$. No caso da hipótese nula ser aceite, conclui-se que o processo não envolve uma tendência determinística e há que passar ao teste do processo ser do tipo *random walk*, sucessivamente com ou sem *drift*. No caso da hipótese nula ($a_2 = 0$) ser rejeitada, haverá que testar se $\gamma = 0$, utilizando a distribuição normal, uma vez que neste caso esta distribuição predomina sobre a tabelada por Dickey-Fuller. No caso afirmativo, o processo tem uma raiz unitária (i.e., é integrado de ordem 1); no caso da hipótese ser rejeitada, conclui-se que o processo não inclui uma raiz unitária, envolvendo apenas uma tendência determinística (ver Enders, pp. 254-258; também Maddala & Kim, p.71 e West (1987).

Em resumo, a análise da evolução da agricultura portuguesa, nas últimas décadas e a nível agregado, não permite detectar quaisquer tendências resultantes de “choques” provocados por processos de inovação autosustentada.

No caso do sector florestal, não é sequer possível falar de uma evolução com tendência crescente, já que esta é meramente aparente e resulta de a períodos de crescimento se seguirem outros de decréscimo, numa sequência e a um ritmo que não permitem a estacionaridade. Qualquer ideia de um impacto permanente é ilusória; a evolução observada traduz meramente o que é conhecido por um “passeio aleatório”.

No que respeita à componente agrícola do VAB a situação é diversa, já que é possível detectar a existência de uma evolução de carácter permanente de sentido crescente, mas de natureza determinística, o que normalmente não está associado a processos de inovação, já que estes ocorrem de forma descontínua e representam “choques” aleatórios.

Uma tal evolução leva-nos a tentar aprofundar a análise, através do estudo das suas duas componentes: a produção vegetal e a produção animal. Convém, porém, salientar que para isso teremos de recorrer a dados respeitantes ao valor de produção e não ao de valor acrescentado, já que estes não estão disponíveis. A representação gráfica das correspondentes sucessões cronológicas encontra-se na Figura 4.

(Inserir Fig. 4)

O primeiro aspecto digno de nota resulta do facto do valor da produção vegetal se revelar uma variável estacionária não evidenciando, por isso, qualquer tendência significativa. Tal resulta claro quer do exame do correlograma da variável (ver Anexo A4), quer dos resultados do teste de Dickey-Fuller, constantes do Quadro 4: o coeficiente a_2 não difere significativamente de zero, enquanto que γ difere significativamente de zero.

(Inserir Quadro 4)

De facto a evolução do valor da produção vegetal corresponde à de um processo autoregressivo de ordem dois, com coeficientes iguais a $\phi_1=0.383$ e $\phi_4 = 0.363$, como é patente na Figura 5 e resulta claro do exame do correlograma dos resíduos do modelo (Anexo A4).

(Inserir Fig. 5)

Igualmente estacionárias se revelam todas as componentes em que é usual desagregar a produção vegetal – cereais e arroz, hortícolas, frutos, vinho e azeite – como sugere o exame da Figura 6 e os correspondentes correlogramas comprovam (ver Anexo, Quadro A5).

(Inserir Fig. 6)

Em conclusão, não é possível detectar qualquer dinamismo significativo na produção vegetal portuguesa, que lhe torne possível ultrapassar o nível de estagnação em que há dezenas de anos se arrasta. Isto não obstante os subsídios de que tem podido beneficiar, no âmbito da PAC.

No que respeita à produção animal, os resultados são diversos e em grande parte espelham os obtidos na análise do VAB agrícola. Por outras palavras, as conclusões respeitantes ao sentido crescente, mas de natureza determinística que caracterizam a evolução do sector agrícola em Portugal, nas últimas décadas, são consequência da evolução registada na produção animal, já que o contributo resultante da produção vegetal para tal dinâmica não tem expressão visível ao nível de agregação a que, necessariamente, tivemos de recorrer⁸.

(Inserir Quadro 5)

Assim, da análise da sucessão cronológica respeitante ao valor da produção animal (Fig. 4), bem como do respectivo correlograma, é bem patente que se trata de uma variável não estacionária, contrariamente ao que revela o correlograma das suas primeiras diferenças (ver Anexo A6). No entanto, o teste de Dickey-Fuller, aplicado a um modelo mais geral, incluindo também a variável tempo (Quadro 5) revela a existência de uma tendência determinística e que o coeficiente γ ($= a_1 - 1$) não pode estatisticamente ser considerado nulo, tal como exigiria a existência de uma raiz unitária. Concluiu-se, assim, que o valor da produção animal tem evoluído de acordo com um processo estocástico não-estacionário, caracterizado por uma tendência determinística e um processo autoregressivo de ordem 1. Ao correspondente parâmetro (ϕ_1) está associado o valor 0.51 (Fig. 7 e Quadro A.7).

⁸ O exposto não exclui, portanto, a possibilidade de ocorrência de fenómenos de substituição entre produções afectando a composição do “output”, bem como de efeitos ao nível da tecnologia, com impacto na qualidade dos produtos. No entanto, os resultados da análise sugerem que tais ganhos de eficiência não foram acompanhados de uma expansão da fronteira de produção. A ser assim, tais ganhos estarão associados ao abandono de produções e práticas com baixa produtividade, donde resulta uma compensação entre os efeitos de substituição conducentes a maior eficiência e os correspondentes efeitos “output”.

(Inserir Fig. 7)

De salientar, porém, que nem todas as componentes da produção animal revelam idêntico comportamento (ver Fig. 8). Com efeito, as produções de bovinos e ovinos e caprinos comportam-se como variáveis estacionárias, (ver Anexo, A8)⁹ enquanto que as produções de suínos, aves e leite revelam tendências significativas, de tipo determinístico, associadas a processos autoregressivos de ordem 1 (ver Anexo, Quadros A9 a A11)¹⁰.

(Inserir Fig. 8)

Em termos agrícolas, o que isto significa é que são as chamadas actividades “sem terra”, que basicamente são responsáveis pelo parco dinamismo que tem revelado a agricultura portuguesa nas últimas três décadas. Nem o acréscimo de procura determinado pelo significativo aumento do rendimento no período, nem a inserção do País num mercado unificado de muito maior dimensão, beneficiando de uma política de preços e subsídios largamente estimulantes, em consequência da nossa adesão à União Europeia, foram suficientes para fazer com que a agricultura portuguesa se modernizasse, realizasse as suas vantagens competitivas, saísse da apatia que a história documenta e a levasse a, finalmente, ser capaz de se inserir e contribuir para o processo de desenvolvimento da economia portuguesa. As tendências positivas registadas nalguns sectores da produção animal surgem-nos, assim, mais como a resposta mínima e por arrastamento, de sectores em que a produção mais se autonomizou da agricultura - no seu conceito histórico tradicional - do que como resultado de uma qualquer dinâmica, de inovação e progresso. Esta a triste realidade!

4. Considerações Finais

A situação de crise em que se perpetua a agricultura portuguesa pode considerar-se um fenómeno endémico. Com agricultores, mas sem empresários, inserida na PAC mas sem estratégia, não podendo beneficiar nem de uma experimentação nem de serviços de extensão com um mínimo de qualidade e relevância, a agricultura portuguesa continua a mostrar-se incapaz de se modernizar, seja em termo das culturas praticadas, das técnicas utilizadas ou dos objectivos prosseguidos.

⁹ A haver dúvidas quanto ao processo associado à produção de bovinos, o correspondente processo só poderia ser um “passeio aleatório”.

¹⁰ Mais correctamente, no caso dos suínos o processo mais aderente corresponde a um modelo autoregressivo-médias móveis ARMA(1,1).

Não faltam diagnósticos credíveis sobre a natureza do problema agrícola em Portugal, quer da autoria de nacionais quer de estrangeiros, incluindo organizações internacionais e empresas de consultadoria. O que falta, isso sim, é tudo o resto, a começar pela vontade política para encarar de frente o problema e determinação para o conduzir a bom termo.

De facto, hoje nem sequer é possível argumentar com falta de meios financeiros para implementar uma política de re-orientação agro-florestal, modernização tecnológica e desenvolvimento rural, face aos montantes já disponibilizados pela União Europeia, em favor do sector agrícola nacional. E também não parece credível argumentar com o facto da PAC preveligiar o suporte de preços dos produtos característicos das agriculturas do Norte da Europa. Não só porque os montantes disponibilizados ao abrigo da secção orientação do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícolas (FEOGA) são significativos (cerca de 11.4% do VAB no período 1987-97, a que há que juntar cerca de 60 milhões de ECU do período pré-adesão), como pelo facto de outros países igualmente mediterrânicos, nomeadamente a Grécia e a Espanha, terem conseguido em idêntico período, evoluções muito mais favoráveis. Em Portugal, a utilização dos recursos do FEOGA tem-se assemelhado ao comportamento do “cata-vento”: em determinadas alturas para apoiar a produção de algumas culturas, logo seguidas de outros períodos caracterizados pelo estímulo ao seu abandono. Exemplo paradigmático de tal comportamento encontra-se no sector frutícola. Os resultados estão à vista!

Na vertente estratégica e no pós-25 de Abril, a política agrícola nacional oscilou entre as “virtualidades da reforma agrária e da propriedade colectiva” e as “virtualidades dos grandes proprietários rurais”. Claro que nenhum dos modelos resultou, ou podia resultar. No primeiro caso porque se esqueceu que ao dar a “terra a quem a trabalha”, nada de muito significativo se alterava, já que não era recorrendo a quem, sem conhecimentos e sem recursos se limitava a trabalhar a terra da forma rotineira, que sempre tinha visto, que se poderia alcançar a eficiência e a modernização do sector. Na segunda alternativa, porque se os anteriores proprietários rurais tivessem espírito empreendedor e dominassem as tecnologias relevantes, há muito que a agricultura portuguesa teria deixado de ser o que era. Os problemas desta, não surgiram após o 25 de Abril de 1974, muito embora esta efeméride os possa ter agravado. Vêm de muito mais longe, como abundante literatura o documenta. O grande erro está em persistir-se no não reconhecimento da sua natureza estrutural endémica e pensar-se que sem uma ampla estratégia, concertada em várias frentes, se consegue resolver o problema.

No caso da agricultura, não bastam políticas assentes num mais correcto funcionamento dos mercados, embora estas sejam necessárias e tenham um contributo importante a dar. Há falhas de mercado e externalidades a ter em conta, razão pela qual nenhum país de agricultura próspera, por mais capitalista ou desenvolvido, conseguiu prescindir do Estado enquanto agente promotor da investigação, da experimentação e da extensão agrícolas, bem como garante do bem-estar e desenvolvimento rural.

A agricultura é um sector multifuncional por excelência, havendo uma progressiva consciência da natureza pública de muitos dos bens e serviços que presta: desde a conservação da natureza e melhoria do espaço rural, ao fornecimento de serviços de lazer e de turismo, passando pela perservação dos produtos regionais, numa óptica de qualidade e de manutenção da diversidade cultural.

O desenvolvimento do sector agrícola impõe-se, assim, não só numa óptica produtiva, como numa óptica social e patrimonial. Daí que seja particularmente conflagrador constatar-se, década após década, que ele permanece basicamente estacionário, não obstante todo o tipo de “choques” a que foi submetida a economia portuguesa no último quarto de século, entre os quais o decorrente da nossa adesão à Comunidade Europeia não é, seguramente, o menos relevante. Mas, mesmo este, não chegou para um verdadeiro despertar agrícola!

Falta reconhecer “que a essência do problema agrícola em Portugal reside primordialmente nas estruturas produtivas do sector, as quais, assentando numa agricultura tradicional, originam níveis de produtividade baixíssimos”, como escrevemos há 20 anos atrás¹¹. E a partir daí, tirar as necessárias implicações, entre as quais se insere a de desenhar uma estratégia susceptível de vencer a crise, tendo em conta os múltiplos factores que a determinam, mas tendo simultaneamente em mente que nem todos são igualmente importantes e que há que estabelecer prioridades.

Em resumo, continuámos nas últimas duas décadas a desperdiçar tempo e recursos, i. e., as oportunidades que nos foram dadas para procedermos à modernização e desenvolvimento da nossa agricultura. Não nos restam muitas mais! O mais que provável e já relativamente próximo alargamento da União Europeia aos Países do Centro e Leste da Europa –

¹¹ Ver Girão (1979, p.IX).

com todo o seu potencial agrícola – os princípios orientadores da Agenda 2000 e as linhas directrizes para a nova ronda de negociações do comércio mundial, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, aí estão para nos relembrar a urgência e para nos fixar os limites realistas para essa reforma¹². Oxalá seja desta, que saibamos aproveitar as chances que restam!

¹² Ver EC (1997), Avillez (1997). Neste contexto não é possível deixar de referir, dada a sua enorme relevância, a necessidade da política agrícola, em geral, e da agricultura portuguesa, em particular, fazerem face aos desafios que se colocam no domínio da agro-indústria e da política ambiental.

Referências

- AVILLEZ, F. (1997). “A Agricultura Portuguesa Face à Agenda 2000”, *Documento de Trabalho do DEASR*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- AYAT, L. & P. BURRIDGE (2000). “Unit root tests in the presence of uncertainty about the non-stochastic trend”, *J. of Econometrics* 95, pp. 71-96.
- COLMAN, D. & D. ROBERTS (1997). “Economics of the CAP in Transition”, Chapter 4 in ARTIS, M.J. & N. LEE, ed., *The Economics of the European Union: Policy & Analysis*, 2nd edition. Oxford Univ. Press.
- DEMEKAS, D. G. *et al* (1988). “The Effects of the Common Agricultural Policy of the European Community: A Survey of the Literature” *J. of Common Market Studies*, 27, pp. 113-145.
- ENDERS, W. (1995). *Applied Econometric Time Series*. New York, John Wiley & Sons, Inc.
- EC (1994). “Agricultural Policy for the 21st Century”, *European Economy*, Reports and Studies, N^o. 4.
- EC (1994). “The Economics of the Common Agricultural Policy (CAP)”, *European Economy*, Reports and Studies, N^o.5.
- EC (1997). “Towards a Common Agricultural and Rural Policy for Europe”, *European Economy*, Reports and Studies, N^o. 5.
- EC (1997). *Agenda 2000*, vol. 1 e 2. Bruxelles.
- GIRÃO, JOSÉ A. (1979). *Natureza do Problema Agrícola em Portugal (1950-73): Uma perspectiva*. Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- HITIRIS, T. (1998). *European Union Economics*, 4th edition. London, Prentice Hall Europe.
- MADDALA, G. S. & IN-MOO KIM (1998). *Unit Roots, Cointegration and Structural Change*. Cambridge University press.
- MANKIW, N. G. & N. D. SHAPIRO (1985). “Trends, Random Walks and Tests of the Permanent Income Hypothesis”, *J. of Monetary Economics*, 16, pp. 165-174.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (1977). *Diagnóstico da Situação e Estratégias de Desenvolvimento do Sector: Agricultura, Silvicultura e Pecuária*, Lisboa, Gabinete de Planeamento.
- NEAL, L & D. BARBEZAT (1998). *The Economics of the European Union and the Economics of Europe*. Oxford University Press.

NELSON, C. R. & C. I. PLOSSER (1982). "Trends and Random Walks in Macroeconomic Time Series", *J. of Monetary Economics*, 10, pp.139-162.

PEARSON, S. & E. MONKE (1987). "Constraints on the Development of Portuguese Agriculture", in PEARSON, S. *et al*, *Portuguese Agriculture in Transition*. Ithaca, N. Y., Cornell Univ. Press.

PIERCE, D. A. (1975). "On Trend and Autocorrelation", *Communications in Statistics*, 4, pp.163-175.

PELKMAN, J. (1997). *European Integration: Methods and Economic Analysis*. Heerlen, Addison Wesley Longman, Ltd..

SOARES, F. B. (1995). "O Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa: 1957-85", in *Actas da Conferência "Portugal e a Europa: 30 Anos de Integração"*. Lisboa, Centro de Informação Jacques Delors.

STOCK, J. H. (1994). "Unit Roots, Structural Breaks and Trends", in ENGLE, R. F. & D. L. MCFADDEN, *Handbook of Econometrics*, vol. IV, Cap. 46. Amsterdam, Elsevier.

WATSON, M. W. (1986). "Univariate Detrending Methods with Stochastic Trends", *J. of Monetary Economics*, 18, pp. 19-75.

WEST, K. D. (1987). "A Note on the Power of Least Squares Tests for a Unit Root", *Economics Letters*, 24, pp. 249-252.